

30/01/2003

27

[Handwritten signatures and initials]

Exmo Senhor
Presidente da Assembleia da República

Requerimento nº 1646/IX (1a) - AC

Assunto: Campanha Publicitária da APIFARMA sobre os Medicamentos Genéricos

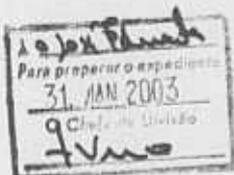
REQUERIMENTO

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral do Porto após terem tomado conhecimento da campanha publicitária que a Apifarma lançou a propósito dos Medicamentos Genéricos toma a seguinte posição:

1 – Fruto da crise financeira e da desordem das contas públicas em que a governação socialista lançou a nossa economia, hoje verifica-se um agravamento da situação social do país, como provam os recentes dados do desemprego a norte.

2 – Hoje é claro que a política que o Governo pretende implementar na área da saúde assenta exclusivamente no único interesse de proporcionar mais e melhores cuidados de saúde à população, sem procurar conflitos ou antagonismos com qualquer dos agentes do sistema de saúde.

3 – Apesar desta definição e postura construtiva da política do Ministério da Saúde, é inequívoco que alguns sectores do sistema de saúde manifestam resistência à mudança, através das mais diversas vias e posições.



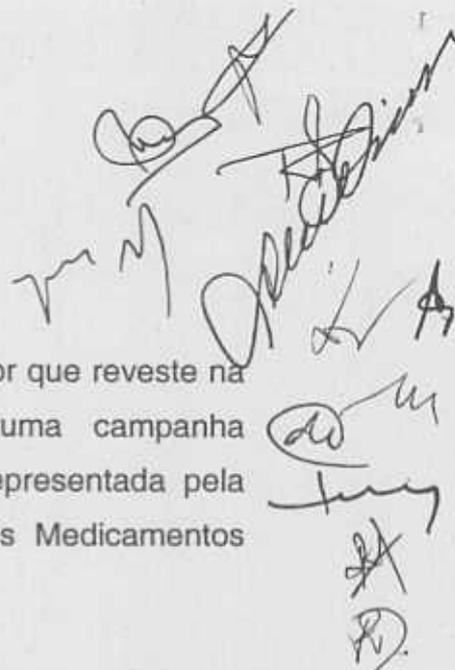
4 – Contudo foi com espanto, até pelo carácter inovador que reveste na Europa Comunitária, que tomámos conhecimento de uma campanha publicitária organizada pela indústria farmacêutica, aqui representada pela Apifarma, para colocar em causa a designada política dos Medicamentos Genéricos.

5 – Ora tal iniciativa, face à natural complexidade técnica destas questões, é do nosso entendimento que poderá suscitar nos mais diversos sectores da opinião política dúvidas e por esta via minar a confiança dos utentes na segurança e fiabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

6 - Se é legítimo que qualquer grupo, corporação ou associação profissional defenda os seus pontos de vista e as suas opiniões, já não nos parece legítimo que para tal se ataque uma medida como a dos Medicamentos Genéricos, cuja prescrição é prática corrente nos outros países da União Europeia, com grande tradição e sucesso.

7 - Parece-nos mesmo que esta campanha, pela polémica que naturalmente gerará, não deixará de lançar nas camadas menos esclarecidas da população falsas dúvidas acerca da segurança que tais medicamentos genéricos oferecem e por esta via induzir incorrectamente a população na procura de medicamentos de marca, mais caros e de igual eficácia.

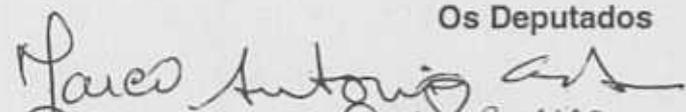
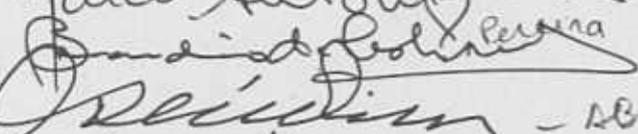
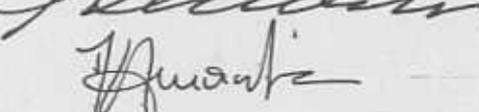
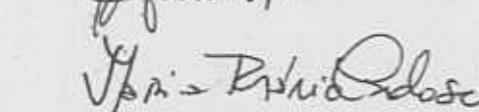
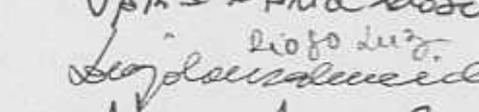
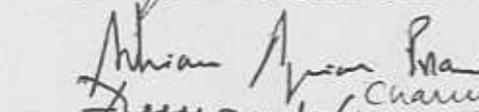
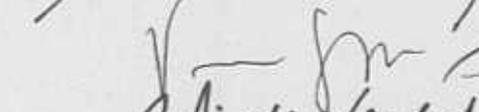
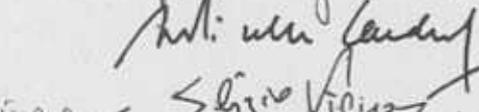
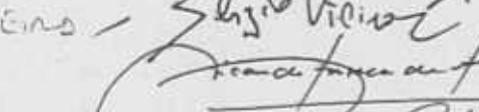
8 - Ainda menos legítima e correcta nos parece tal campanha quando se vislumbra que a mesma procura minar uma medida de amplo alcance social, particularmente para as camadas mais desfavorecidas da população, que permite a estas o acesso a medicamentos a custo mais baixo com a mesma eficácia no tratamento.



Pelo exposto, os deputados do Partido Social Democrata eleitos pelo círculo eleitoral do Porto vêm requerer a V. Exa., nos termos constitucionais e regimentais que solicite à Procuradoria Geral da República, à Provedoria de Justiça e à Deco esclarecimentos quanto ao conteúdo e forma da campanha que a indústria farmacêutica lançou contra a política dos genéricos, procurando averiguar da legalidade da referida campanha face aos direitos do consumidor e à necessidade do esclarecimento sério e adequado da opinião pública quanto a tão importante e sensível matéria que constitui o Serviço Público de Saúde e a confiança dos Portugueses no sistema e fiabilidade do mesmo.

Assembleia da República, 30 de Janeiro de 2003

Os Deputados

 Marco António Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa
 António Almeida Costa